

Excelentíssimo Senhor **Vilmar Maccari** Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

O vereador Carlinho Antonio Polazzo – PROS, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 9 /2019

Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

- **Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos.
- Art. 2º O programa de que trata esta Lei será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município, em que são atendidas gestantes, mães e crianças.
- Art. 3º Para os efeitos do Programa criado por esta Lei são consideradas ações de orientação e prevenção de acidentes domésticos, especialmente em relação às crianças:
- I cuidado no que se refere ao uso de medicamentos, ressaltando-se a necessidade de prescrição médica;
- II cuidados ao guardar medicamentos e demais substâncias químicas, que possam oferecer riscos à saúde, como substâncias tóxicas e produtos de limpeza;
- III cuidados em relação ao contato com equipamentos elétricos, ferramentas perfurocortantes e instalações elétricas, principalmente tomadas de energia que ficam ao alcance das crianças;
- IV cuidados quanto à locomoção de crianças em apartamento, recomendando-se o uso de redes de proteção na sacada e em todas as janelas;
- V cuidados a serem observados na utilização de elevadores, piscinas e outros equipamentos de uso comum em prédios de apartamentos e residências;
- VI cuidados no contato com animais de estimação próprios ou pertencentes a terceiros, como vizinhos, parentes etc.;



Paraná



VII - cuidados com a circulação de crianças na cozinha durante a preparação de alimentos, o que pode ocasionar acidentes, como queimaduras;

VIII - cuidados para prevenir possíveis quedas, especialmente de crianças e idosos;

IX - noções de primeiros socorros para os casos de ingestão indevida de alimentos ou remédios que coloquem em risco a vida da criança, provocando afogamento ou outros sintomas.

Art. 4º Fica instituída a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças, evento que terá caráter permanente e edições anuais, sempre na primeira semana do mês de maio.

Parágrafo único. A programação da semana referida no *caput* compreenderá palestras com especialistas e atividades voltadas para a propagação dos cuidados que devem ser tomados na prevenção de acidentes domésticos, especialmente com crianças e deverá integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 4 de janeiro de 2019.

Carlinho Antonio Polazzo – PROS Vereador proponente



Rua Arariboia, 491 - Centro - Fone: (46) 3272-1500 - 85501-262 - Pato Branco - Paraná site: www.camarapatobranco.com.br - e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br



JUSTIFICATIVA

Ações de prevenção são sempre as melhores medidas para evitar acidentes domésticos.

A presente proposta visa instituir, no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos, o qual será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município, em que são atendidas gestantes, mães e crianças.

São frequentes os casos de acidentes domésticos envolvendo principalmente crianças e idosos e a implantação de um programa permanente voltado a orientação e prevenção de acidentes, certamente contribuirá sobremaneira para reduzirmos o numero de acidentes domésticos.

Assim diante do interesse público, rogamos aos nobres pares para a sua aprovação.

Pato Branco, 4 de janeiro de 2019.

Carlinho Antonio Polazzo – PROS Vereador proponente



Rua Arariboia, 491 - Centro - Fone: (46) 3272-1500 - 85501-262 - Pato Branco - Paraná site: www.camarapatobranco.com.br - e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 9/2019.

Pato Branco, 05/02/2019

Joecir Bernardi - SD

Presidente

CAMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO





Câmara Municipal de Palo Branco

Estado do Paraná

Gabinete da Vereadora Marines Boff Gerhardt- PSDB

Excelentíssimo Senhor Vilmar Maccari Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

APROVADO
Data 13/01/1019
Assinatura 9
CAMARA MUNICIPAL PAND BRANCO

REQUERIMENTO Nº 248/2019

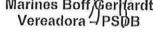
Requer seja oficiado a secretaria municipal de saúde para que se manifeste tecnicamente a cerca do projeto de Lei 9/2019.

A vereadora infra-assinada, *Marines Boff Gerhardt - PSDB*, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado a secretaria municipal de saúde para que se manifeste tecnicamente a cerca do projeto de Lei 9/2019

O pedido justifica-se, devido a necessidade desta vereadora exarar parecer pela comissão de Justiça e redação sobre o referido projeto.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 12 de fevereiro de 2019





Rua Araribola, 491 - Centro - Fone: (46) 3272-1500 - 85501-262 - Pato Branco site: www.camarapatobranco.com.br - e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Parauá

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO



MATHER REPAIR

9.

OFÍCIO Nº. 118/2019/SMS

Pato Branco, 27 de fevereiro de 2019.

Excelentíssimo Senhor **Vilmar Maccari** Presidente da Câmara Municipal Pato Branco – PR

Assunto: Resposta do Ofício 67/2019 - DL- Câmara Municipal

Plne9/2019

Exmo, Sr.

Em atenção ao Ofício supramencionado, vimos por este Informar:

Requerimento 249: Segue parecer da área técnica, onde resta demonstrado que as atividades previstas no Projeto já são contempladas nos Programas de Governo.

Sendo o que se cumpria para o momento, permaneço à disposição.

Marcia Fernancies de Carvalho Secretaria Municipal de Saúde

Rua Paraná, 340 - Centro CEP 85.501-090 CNPJ 80.872.476/0001 -51 Tel/Fax (0**46) 3902-1276 Paraná



Pato Branco (PR), 25 de fevereiro de 2019.

Memorando nº 12/2019

De: Coordenação Atenção Primária / SMS

Para: Secretária Municipal de Saúde - Sra. Márcia Fernandes de Carvalho

Assunto: Resposta ao requerimento 248/2019 - Vereadora Marinês B. Gerhardt

Vimos por este, em atenção ao requerimento acima citado, emitir o parecer a Vereadora Marines Boff Gerhardt, referente ao projeto de lei de sua autoria Nº 09/2019:

Considerando que a ESF realiza ações de Promoção, prevenção e recuperação da saúde;

Considerando que os profissionais da ESF realizam consultas de puericultura para crianças;

Considerando que os profissionais que realizam as consultas e orientações, conforme preconizado no Caderno Atenção Básica Nº 33 do Ministério da saúde, visando a saúde da Criança;

Considerando que no Caderno de Atenção Básica Nº 33, capítulo 121, página 183, há orientações destinadas a prevenção de acidentes domésticos;

Considerando a Linha Guia do Estado do Paraná, "Saúde da Criança no 1º ano de vida", onde o tema prevenção de acidentes é abordado, considerado de esfera nas ESF;

Informamos que as atividades e orientações destinadas a segurança da saúde da criança já são realizadas tanto em atividades educativas quanto em consultas de puericultura, por todos os profissionais da rede.

Realizamos outras ações em relação à saúde da criança como PSE (Programa Saúde da Criança) e a Semana de aleitamento materno realizado anualmente no mês de agosto, onde são intensificados assuntos relacionados a criança e sua segurança.

Atensiosamente,

Gracieli Ariani Ávila Coord, Atenção Primária

1163 - 20 V2; P





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Gabinete da Vereadora Marines Bolf Gerhardt- PSDB

Excelentíssimo Senhor Vilmar Maccari Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

APROVADO
Data, D. O. J.
Assinatura (J.)
C. WARA MUNICIPAL FATO BRANCO

REQUERIMENTO Nº 655/2019

Requer seja oficiado a secretaria municipal de educação, para que se manifeste tecnicamente a respeito do projeto de Lei 9/2019 de autoria do vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS, que, Institui o Programa Municipal de orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

A vereadora infra-assinada, *Marines Boff Gerhardt - PSDB*, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado a secretaria municipal de educação, para que se manifeste tecnicamente a respeito do projeto de Lei 9/2019 de autoria do vereador Carlinho Antonio Polazzo-PROS, que Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

O pedido justifica-se, devido a necessidade desta vereadora exarar parecer pela comissão de Justiça e redação sobre o referido projeto.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 19 de março de 2019



Rua Araribola, 491 - Centro - Fone: (46) 3272-1500 - 85501-262 - Pato Branco site: ywwy.camarapatobranco.com.br - e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br

Vereadora - PSDB





OF. 233/19

Ofício Nº 36/2019

Pato Branco, 10 de dezembro de 2019.

EXMO. SENHOR

VILMAR MACARI

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PATO BRANCO - PR

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 4332/2019
Data: 18/12/2019 - Horário: 09:58
Administrativo

REF.: Resposta ao Requerimento Nº 655/2019, solicita parecer sobre "PROJETO de LEI 09/2019".

Em atendimento a solicitação da CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO através de Requerimento Nº 655/2019, para manifestação desta Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acerca do Projeto de Lei nº 09/2019, o qual dispõe sobre a instituição do "Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos" e outras providências relativas a este, temos a contribuir:

Em análises sobre dados apresentados pelo Ministério da Saúde, os acidentes domésticos representam o maior volume dos atendimentos médicos realizados em unidades de saúde em todo o País, à crianças e idosos. As principais vítimas ainda são crianças, com grave possibilidade de óbito. A principal causa da morte de crianças entre zero e 14 anos de idade no Brasil são os acidentes (fonte https://criancasegura.org.br/dados-de-acidentes/). Essas ocorrências foram responsáveis por 3.733 mortes e 113,358 mil hospitalizações de meninos e meninas, em 2017 segundo os dados da Datasus e da ONG Criança Segura.

Diante desses dados, percebe-se a necessidade de desencadear ações preventivas dos acidentes domésticos, sobretudo aqueles que envolvem crianças, sem descuidar de outras faixas etárias, notadamente os idosos, que também são muito sujeitos a quedas no ambiente doméstico.



Assim, entendemos que o Projeto de Lei em questão, é uma forma de levar o Município, através de Secretarias e outros órgão de apoio, à contribuir com a minimização desse grave problema de saúde pública.

Para que possamos todos colaborar para que a incidência de tais situações diminuam, através desse projeto, pais serão orientados sobre o que fazer em situações de emergência, mas, principalmente, que tomem medidas preventivas para evitar os acidentes domésticos além da conscientização das crianças para os riscos domésticos.

Isso posto, não há o que obstarmos a proposta, antes sim, desenvolvermos planejamento para efetivas ações junto a Rede Municipal de Ensino de nosso município, para atendermos ao objetivo maior: conscientização de todos os envolvidos ao alcance desta Secretaria na orientação e prevenção de acidentes domésticos.

Atenciosamente,

Helbí Aparecida De Carli

Secretária Municipal de Educação e Cultura





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de los uses estabeleces.

Pato Branco, bloz zozo. .

Fabricio Preis de Mello - PSD

Presidente

Relator: AmilyoN

Data: 07/02/2020









Para Departamento Juridico

Estamos encaminhando para este departamento juridico, os projetos de lei 131/2019, Projeto de Lei 71/2019, Projeto de Lei 138/2019, em retorno dos projetos, para nova conclusiva analise juridica dos casos em tela, apos manifestação técnica, e do projeto de lei 09/2019, para Parecer Juridico no referido projeto de lei, e embasamento para emissão deste relator, do Parecer da Comissão de Justiça.

Pato Branco, 11 de fevereiro de 2019

Amilton Maranoski Vereador (PV)



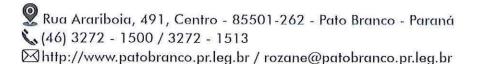




PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de**

Pato Branco, 11/02









Projeto de Lei Ordinária nº 9/2019 Autoria: Carlinho Antonio Polazzo (DEM).

PARECER JURÍDICO

O insigne vereador Carlinho Antonio Polazzo (DEM) propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

Aduz o proponente, em sua justificativa, que são frequentes os casos de acidentes domésticos envolvendo principalmente crianças e idosos e que a implantação de um programa permanente voltado a orientação e prevenção de acidentes certamente contribuirá para a redução do número de acidentes domésticos.

É o sucinto relatório. Passamos à análise jurídica da proposição.

O artigo 30, I, da Constituição Federal¹ outorga poderes aos Municípios para legislarem sobre "assuntos de interesse local". A matéria debatida no projeto em tela é, obviamente, de interesse local, uma vez que versa sobre a prevenção de acidentes domésticos com crianças, buscando-se a proteção da saúde.

Neste sentido, ensina Alexandre de Moraes que "apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)".²

Ainda, o mesmo jurista leciona que "as competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local,

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná
(46) 3272 - 1500
⋈http://www.patobranco.pr.leg.br



¹ Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

² MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional.** 8^a Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.





consubstanciando-se em: competência genérica em virtude da predominância do interesse local (CF, art. 30, I)".

Cabe anotar que a promoção da saúde e de condições para se proporcionar o crescimento e o desenvolvimento saudáveis na infância e na adolescência é direito previsto pelo ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990):

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Neste sentido, a Lei Orgânica Municipal também serve de arrimo para a propositura, pois prevê que compete ao Município dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, sobre a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiências, conforme se verifica:

Art. 11. Compete ao Município, observadas as normas federais e estaduais pertinentes:

V - dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:

c) proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiências;

As Secretarias Municipais de Saúde e de Educação foram oficiadas pela relatora da matéria na Comissão Permanente de Justiça e Redação, as quais emitiram seus pareceres favoráveis ao projeto, conforme se verifica às fls. 7 e 9-10.

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná
(46) 3272 - 1500
⋈http://www.patobranco.pr.leg.br







A Secretaria Municipal de Saúde informou ainda que *as atividades e orientações destinadas à segurança e à saúde da criança já são realizadas tanto em atividades educativas, quanto em consultas de puericultura, por todos os profissionais da rede.*

Ademais, percebe-se que a matéria em tela vem atender ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que institui no município uma política pública de proteção às crianças e adolescentes, visando evitar o número de acidentes domésticos.

Desta feita, considerando o alhures exposto e os pareceres favoráveis emitidos pelas secretarias municipais, exaramos parecer favorável à sua tramitação.

Pato Branco, 31 de julho de 2020.

Luciano Beltrame Procurador Legislativo José Renato Monteiro do Rosário

Assessor Jurídico











COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 09/2019

Autor: Carlinho Antonio Polazzo (DEM)

Relator: Amilton Maranoski (PL)

Súmula:

Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Concientização sobre acidentes domésticos com crianças, no municipio de Pato Branco.

RELATÓRIO

Este projeto 09/2019 que Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Concientização sobre acidentes domésticos com crianças, no municipio de Pato Branco, este programa será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no municipio, em que são atendidas mães e crianças, para efeitos do programa criado por esta le,i são consideradas ações de oreintações e prevenção de acidentes domésticos especialmente em relação as crianças.

VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto de Lei, pelo interesse público e pela legalidade, optamos por exarar **PARECER FAVORAVEL**, a regular tramitação do mesmo, por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 06 de Agosto de 2020.

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná (46) 3272 - 1500 / 3272 - 1523









Amilton Maranoski – PL Membro -Relator Fabricio Preis de Mello - PSD Presidente

Joecir Bernardi – PSD Membro Marines Boff Gerhardt- PSDB Membro-

Rodrigo José Correia - PÓDEMOS Membro







COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de la use glacias.

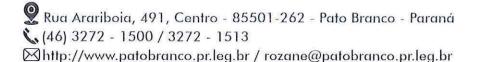
Pato Branco, 12/08/2020

Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

Presidente

Relator: Fabricie Pries de Mille

Data: 12/08/2020









ATA Nº 15/2020 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 19 dias do mês de agosto de 2020, às 16h00, no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas Claudemir Zanco - PL, Fabrício Preis de Mello - PSD e Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD (Presidente) e os assessores parlamentares Andrea Barão, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão e que estão sob a relatoria destes vereadores. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos seguintes projetos de lei/resolução: PLO nº 13/2020, que institui a Semana Municipal do Rock no Município de Pato Branco; PLO nº 18/2020, que cria o Projeto "Educando para o Futuro" no Município de Pato Branco; PLO nº 24/2020, que aprova o Plano Municipal da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa; PR nº 1/2020, que institui o Prêmio Zilda Arns pela defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente; PLO nº 186/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão do tema "Educação no combate às drogas" no conteúdo transversal nas escolas da rede municipal de ensiño no Município de Pato Branco; PLO nº 106/2020, que altera dispositivos da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento; PR nº 6/2019, que acresce alínea ao inciso II do art. 1º da Resolução nº 8, de 10 de novembro de 2011, que disciplinou as nomeações para Cargos em Comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal; e PLO nº 9/2019, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco. Ainda, os vereadores debateram novamente o PLO nº 180/2019, onde a Procuradoria Jurídica sugeriu que fosse realizada uma reunião entre o proponente da matéria e o Secretário Municipal de Meio Ambiente, a fim de verificar a aplicabilidade do projeto. Dessa forma, os membros da Comissão optaram por agendar esta reunião com o Secretário e o proponente para tratar sobre o referido projeto de Lei, no próximo dia 26 de agosto, para posteriormente o relator, vereador Ronalce, emitir seu parecer. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e\ aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 19 de agosto de 2020.

Ronalce Moacir Palchiavan – PSD

Presidente

Fabricio Preis de Mello – PSD

Membro

Claudemir Zanco - PL Memoro

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1526

Mhttp://www.patobranco.pr.leg.br / vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br





COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Câmara Municipal de Pato Branco

PROTOCOLO GERAL 2793/2020 Data: 27/08/2020 - Horário: 15:47 Legislativo - PCPP 43/2020

PARECER: Projeto de Lei nº 9/2019

SÚMULA: Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

De autoria do vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM, o Projeto de Lei em epígrafe objetiva instituir o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

De acordo com o Projeto de Lei, o programa será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município.

Expõe o proponente em sua justificativa que são frequentes os casos de acidentes domésticos envolvendo principalmente crianças e idosos e a implantação de um programa permanente voltado a orientação e prevenção de acidentes, certamente contribuirá com a redução as estatísticas envolvendo acidentes domésticos.

A intenção do nobre vereador é louvável, e revestido de interesse público, sendo assim, manifestamo-nos <u>FAVORAVELMENTE</u> à regimental tramitação do Projeto de Lei.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 21 de agosto de 2020.

Fabricio Preis de Mello - PSD

Membro-Relator

Claudemir Zanco - P Membro

Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

Presidente







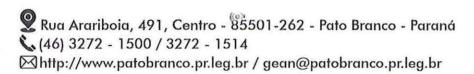


COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 09/2019.

Pato Branco, 27 de agosto de 2020.

Carlinho Antonio Polazzo - DEM
Presidente









COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Câmara Municipal de Pato Branco

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 9/2019.

PROTOCOLO GERAL 2889/2020 Data: 02/09/2020 - Horário: 15:59 Legislativo - PCOF 135/2020

O Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM, propôs o Projeto de Lei nº 9/2019, que tem por objetivo instituir o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

Em síntese, justifica o autor, que a proposição visa instituir no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos, o qual será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município, em que são atendidas gestantes, mães e crianças.

São frequentes os casos de acidentes domésticos envolvendo principalmente crianças e idosos e a implantação de um programa permanente voltado a orientação e prevenção de acidentes, certamente contribuirá sobremaneira para reduzirmos o numero de acidentes domésticos.

Fica instituída a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças, evento que terá caráter permanente e edições anuais, sempre na primeira semana do mês de maio.

A proposição está plenamente fundamentada e sendo de interesse público, após a análise optamos por exarar <u>PARECER FAVORÁVEL</u>, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ. Pato Branco, 02 de setembro de 2020.

Carlinho Artonio Polazzo (DEM)
Presidente

José Gilson Feriosa da Silva (PT) Membro

Vilmar Maccari (PODEMOS) Membro - Relator







ATA Nº 16/2020 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 26 dias do mês de agosto de 2020, às 15h00, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas Claudemir Zanco - PL, Fabrício Preis de Mello - PSD e Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD (Presidente) e os assessores parlamentares Andrea Barão, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão e que estão sob a relatoria destes vereadores. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos seguintes projetos de lei: PLO nº 263/2019, que dispõe sobre a colocação de placas indicativas de proibição de execução de barulho, ruídos e sons excessivos em locais diversos e dá outras providências; PLO nº 117/2020, que dispõe sobre o recebimento, armazenagem e eventual venda de grãos oriundos da agricultura em cerealistas, cooperativas e empresa congêneres instaladas no Município de Pato Branco; PLO nº 9/2019, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco; PLO nº 34/2020, que institui o mês "Agosto Lilás" no Município de Pato Branco, dedicado ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências; PLO nº 125/2020, que estabelece, no âmbito do município de Pato Branco, a garantia de vagas para dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em instituição pertencente à rede municipal de ensino mais próxima de seu domicílio; e PLO nº 110/2020, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar cascalho aos produtores rurais que especifica, com propriedade no Município de Pato Branco, Paraná. A convite do relator da matéria, vereador Ronalce, o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Antônio Cezar Soares, participou da reunião para debater junto com a Comissão o PLO nº 180/2019, que dispõe sobre a implantação de Ecopontos no Município de Pato Branco e dá outras providências, conforme acordado na última reunião da Comissão. O vereador Ronalce informou que o proponente da matéria, vereador Carlinho Antonio Polazzo, foi convidado para participar da reunião, porém, não compareceu. O Secretário Municipal de Meio Ambiente reafirmou seu posicionamento contrário ao projeto. Mesmo assim, após debate, a Comissão entendeu que a matéria é de interesse público e atende aos preceitos do art. 64 do Regimento Interno da Câmara, por isso, optou por emitir parecer favorável ao projeto. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 26 de agosto de 2020.

Ronalce Moacir Daichiavan PSD

abricio Preis de Mello – PSD

Membro

Claudemir Zanco Membro

RECEBIDO

Data 03/19/2016Hora 1/100

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná (46) 3272 - 1500 / 3272 - 1526

Mhttp://www.patobranco.pr.leg.br / vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br

Assinat

CAMARA WINDIPAL PATO BRANCO





PROJETO DE LEI Nº 9/2019

Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

- Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos.
- Art. 2º O programa de que trata esta Lei será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município, em que são atendidas gestantes, mães e crianças.
- Art. 3º Para os efeitos do programa criado por esta Lei são consideradas ações de orientação e prevenção de acidentes domésticos, especialmente em relação às crianças:
- I cuidado no que se refere ao uso de medicamentos, ressaltando-se a necessidade de prescrição médica;
- II cuidados ao guardar medicamentos e demais substâncias químicas, que possam oferecer riscos à saúde, como substâncias tóxicas e produtos de limpeza;
- III cuidados em relação ao contato com equipamentos elétricos, ferramentas perfuro-cortantes e instalações elétricas, principalmente tomadas de energia que ficam ao alcance das crianças;
- IV cuidados quanto à locomoção de crianças em apartamento, recomendando-se o uso de redes de proteção na sacada e em todas as janelas;
- V cuidados a serem observados na utilização de elevadores, piscinas e outros equipamentos de uso comum em prédios de apartamentos e residências;
- VI cuidados no contato com animais de estimação próprios ou pertencentes a terceiros, como vizinhos, parentes etc.;
- VII cuidados com a circulação de crianças na cozinha durante a preparação de alimentos, o que pode ocasionar acidentes, como queimaduras;
- VIII cuidados para prevenir possíveis quedas, especialmente de crianças e idosos;
- IX noções de primeiros socorros para os casos de ingestão indevida de alimentos ou remédios que coloquem em risco a vida da criança, provocando afogamento ou outros sintomas.
- Art. 4º Fica instituída a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças, evento que terá caráter permanente e edições anuais, sempre na primeira semana do mês de maio.











Parágrafo único. A programação da semana referida no *caput* compreenderá palestras com especialistas e atividades voltadas para a propagação dos cuidados que devem ser tomados na prevenção de acidentes domésticos, especialmente com crianças e deverá integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.









Em primeira votação, aprovado projeto para emissão, em braile, das faturas de impostos, taxas e serviços municipais



Também foi aprovado, em primeira votação, o projeto do mês enfrentamento da violência dornéstica e familiar contra a mulher

Assessoria

Nesta segunda-feira (14), o Legislativo aprovou, em primeira votação, o projeto que institui a obrigatoriedade da impressão, em braile, das faturas de impostos, taxas e serviços municipals. Também foi aprovado, em primeira votação, o projeto para a celebra-ção do Agosto Lilás, dedicado ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Em segunda votação, foi aprovado o projeto que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças; o projeto que dispõe sobre a colocação de placas indicativas de proibição de barulho e sons excessivos em determinados locais; o projeto que cria o Programa Educando para o

Futuro"; e o projeto de crédito especial para o Executivo, no valor de R\$ 650 mil.

Foi aprovado, em primeira votação, o Projeto de Lei nº 17, de 2019, juntamente, com as Emendas nº 89, nº 91, nº 92 e nº 93. Com isso, pela redação final do Projeto, ficou instituída a obrigatoriedade da impressão em braile, das faturas de impostos, taxas e serviços municipais, para atendimento às pessoas com deficiência vísual, que devem solicitar o envio de fatura impressa no método braile de leitura.

Pelo Projeto de Lei nº 34, de 2020, foi aprovado, em primeira votação, a celebração do Agosto Lilás, dedicado ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Pelo Projeto, o Poder Executivo, por meio das secretarias, deverá realizará campa-

nhas, palestras, seminários, elaboração e distribuição de materiais e demais atividades que tenham como objetivo orientar a população e conscientizar, sobre a importância de combater a violência doméstica em nosso município.

Segunda votação

Aprovado em segunda votação, o Projeto de Lei nº 9, de 2019, instituindo o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças, a ser realizada na primeira semana de maio. Pelo Programa, devem ser trabalhadas ações de cuidados e orientação com as crianças no ambiente doméstico, com relação a medicamentos, equipamentos elétricos, ferramentas, piscinas, entre outros.

Pelo Projeto de Lei nº 263, de 2019, aprovado em segunda votação, fica obrigatória a colocação de placas, nas proximidades dos hospitais, maternida-des, asilos de idosos, escolas, bibliotecas públicas, postos de saúde ou similares, as quais deverão indicar a proibição de execução de barulho, ruídos e sons excessivos. De acordo com o projeto, a placa deverá conter os seguintes dizeres: "É proibida a execução de ruídos e sons excessivos neste local, con-forme a Lei Municipal nº 3.422/2010 - Programa do Silêncio Urbano (PSIU)*. As placas deverão ser afixadas em locais de fácil visualização e deverão mencionar o número de telefone e endereço para denúncias, bem como, o valor das multas e demais penalidades em caso de descumprimento.

Delator diz que Maggi inaugurou 'nova sistemática' de mensalão em MT

Estadão Conteúdo

Em delação premiada, o ex-presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, José Geraldo Riva, réu em ações criminais e por improbidade, revelou suposto pagamento de mesadas a 38 deputados com valores que totalizam R\$ 175 milhões. Segundo o político, o esquema se estendeu por mais de duas décadas, desde 1995, e ganhou 'nova sistemática' na gestão Blairo Maggi (PP/2003-2010), que posteriormente ocupou o cargo de ministro da Agricultura no governo Michel Temer.

De acordo com o delator, em 2003, quando assumiu o Executivo de Mato Grosso, o ex-governador decidiu que a propina deveria ser empenhada como suplementação orçamentária da Assembleia Legislativa e paga também a deputados de oposição. Até então, os acertos estariam a cargo do Executivo, por meio da liderança da bancada, e beneficiavam apenas parlamentares que compunham a base de apoio do governo.

"Esses repasses passam a ser feitos pela Assembleia, esses pagamentos de propina, em um acordo firmado pelo governador Blairo Maggi", revelou Riva em declaração gravada.

A articulação para garantir a continuidade do 'mensalinho' teria ficado a cargo do ex-deputado Renê Barbour, que faleceu em 2007, e na época atuava como líder do governo na Casa Legislativa. De acordo com Riva, a participação de Barbour foi 'imprescindivel' para a manutenção dos pagamentos.

"O deputado Renê Barbour afirmava para o governador Blairo Maggi que era praticamente impossível liderar uma bancada para conseguir uma maloria sem o pagamento dessas vantagens, que eram pagas anteriormente pelo governo e que o governador Blairo Maggi resistia em não querer pagar", afirmou Riva. "Aí, foi quando encontramos a forma, por sugestão do governador Blairo Maggi, de repassar esses valores para a Assembleia e a Assembleia fazer esse repasse por lá".

Em sua nova versão, o suposto esquema de pagamento de propinas aos deputados passou a ser feito mediante notas fiscais falsas ou superfaturadas emitidas por empresas que devolviam parte da receita recebida. Pelo menos 71 estabelecimentos, alguns comandados por políticos através de laranjas, teriam participado da operação.

"Naturalmente que, para fazer esses repasses, a Assembleia teria que recorrer a algum tipo de desvio, através da emissão de notas de empresas de prestação de serviço simulado", explicou. O superfaturamento, todavia, não se verificava no preço do material, mas, no montante. "A quantidade da nota geralmente era muito superior ao valor fornecido e algumas empresas sequer forneciam material".



Da Redação ADI-PR Curitiba

jornalismo@adipr.com.br

Colégios cívico-militares

O governador Ratinho Junior enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que autoriza e regulamenta o funcionamento de até 200 colégios cívico-militares no Paraná. A proposta "dará a disciplina legal necessária segurança jurídica do modelo de gestão cívico-militar, evitando confusões e excessos e garantindo que esse tipo de experiência cumpra adequadamente os objetivos a que se propõe", diz a justificativa.

Excelência

"Já temos no Paraná um nível de excelência no quadro de servidores da educação, e os colégios cívico-militares serão uma opção a mais aos pais. Isso virá para se somar ao grande trabalho feito aos alunos nas 2,1 mil escolas estaduais, sob comando do secretário Renato Feder. Todos estão trabalhando com afinco para levar o Estado ao primeiro lugar nacional do Ideb e a Assembleia dará total apoio a esse projeto", afirmou o deputado Hussein Bakri (PSD), líder do Governo no legislativo e presidente da Comissão de Educação.

Tiago em Londrina

O PSB lançou o deputado Tiago Amaral como candidato a prefeito de Londrina. A convenção transmitida pela internet não definiu ainda quem será o candidato a vice-prefeito na chapa. "Estamos tentando desenvolver ainda um sistema que nos conecte de forma mais direta com o cidadão", disse Tiago Amaral sobre a campanha.

Curitiba

O PSL lançou o deputado delegado Francischini como candidato à prefeitura de Curitiba. "É preciso olhar para a frente e superar essa velha politica, que tenta comprar votos com ilusões, piadinhas de mau gosto, risadinhas que escondem um coração de pedras para os mais pobres".

Total apoio

O deputado Pedro Lupion (DEM) vai apoiar a reeleição do prefeito Neto Haggi (MDB) em Cambará e para vice João Luiz Del Col (MDB). "Venho demonstrar meu total apoio para essa dup!a. Pessoas de respeito e que tem vários projetos para continuar as melhorias de Cambará".

Voos diários

A Azul voltou a operar em Cascavel com voos diários para Viracopos/Campinas. Os voos de segunda à sexta e conectarão os paranaenses a toda a malha nacional e internacional da Azul. Puxando a retomada gradual e segura do serviço aéreo no país, a companhía deve ofertar 407 voos por dia para 88 destinos no Brasil e no exterior a partir do próximo mês.

Só em 2021

Em assembleia, a APP-Sindicato fechou a questão. Os professores da rede estadual só voltam às aulas presenciais em 2021.

Retomando

Menos de uma semana após paralisar os testes devido a efeitos adversos graves em uma voluntária, Oxford e a farmacéutica AstraZeneca decidiram retomar os estudos da vacina contra a Covid-19. A empresa informou que um comitê independente concluiu suas investigações e recomendou o seguimento da pesquisa. A Anvisa aprovou o reinício dos ensaios clínicos a partir desta semana.

Tensão...

A semana pode ser determinante para o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos). Hoje, o STJ deve julgar o pedido para interromper as investigações do MP que apuram as rachadinhas em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O caso será levado à sessão pelo ministro Felix Fischer, relator das ações apresentadas pela defesa do senador. Fischer já negou o pedido em outras duas ocasiões.

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br





Ofício nº 235/2020/GP

Pato Branco, 6 de outubro de 2020.

Câmara Municipal de Pato Branco

PROTOCOLO GERAL 3294/2020 Data: 06/10/2020 - Horário: 13:49 Administrativo

Senhor Presidente,

Conforme prevê o artigo 47, inciso V da Lei Orgânica do Município de Pato Branco nos dirigimos a Vossa Excelência para comunicar o **veto integral** ao Projeto de Lei nº 9/2019, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

Encartado ao presente, encaminhamos as razões do veto ao supracitado Projeto

Respeitosamente,

de Lei.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

A Sua Excelência o Senhor

MOACIR GREGOLIN

Presidente da Câmara Municipal

Pato Branco – PR





RAZÕES DE VETO AO PROJETO DE LEI Nº 009/2019

Através do Projeto de Lei nº 009/2019, de autoria do Vereador Carlinhos Antonio Polazzo, o Legislativo Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

PROJETO DE LEI Nº 9/2019

Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos.

Art. 2º O programa de que trata esta Lei será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município, em que são atendidas gestantes, mães e crianças.

Art. 3º Para os efeitos do programa criado por esta Lei são consideradas ações de orientação e prevenção de acidentes domésticos, especialmente em relação às crianças:

 I - cuidado no que se refere ao uso de medicamentos, ressaltando-se a necessidade de prescrição médica;

 II - cuidados ao guardar medicamentos e demais substâncias químicas, que possam oferecer riscos à saúde, como substâncias tóxicas e produtos de limpeza;

 III - cuidados em relação ao contato com equipamentos elétricos, ferramentas perfuro-cortantes e instalações elétricas, principalmente tomadas de energia que ficam ao alcance das crianças;

 IV - cuidados quanto à locomoção de crianças em apartamento, recomendando-se o uso de redes de proteção na sacada e em todas as janelas;

 V - cuidados a serem observados na utilização de elevadores, piscinas e outros equipamentos de uso comum em prédios de apartamentos e residências;

 VI - cuidados no contato com animais de estimação próprios ou pertencentes a terceiros, como vizinhos, parentes etc.;

 VII - cuidados com a circulação de crianças na cozinha durante a preparação de alimentos, o que pode ocasionar acidentes, como queimaduras;

VIII - cuidados para prevenir possíveis quedas, especialmente de crianças e idosos;

IX - noções de primeiros socorros para os casos de ingestão indevida de alimentos ou remédios que coloquem em risco a vida da criança, provocando afogamento ou outros sintomas.





Art. 4º Fica instituída a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças, evento que terá caráter permanente e edições anuais, sempre na primeira semana do mês de maio.

Parágrafo único. A programação da semana referida no *caput* compreenderá palestras com especialistas e atividades voltadas para a propagação dos cuidados que devem ser tomados na prevenção de acidentes domésticos, especialmente com crianças e deverá integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo -

DEM.

O Projeto ora apresentado pelo nobre Vereador, Institui programa Municipal, já existente no Município, conforme parecer da Secretaria de Saúde, onde já é feita essa conscientização desde o grupo de gestantes (envolvendo a família), visitas domiciliares, entre outras.

O projeto não apresenta planejamento para ações efetivas junto a comunidade, as famílias, nem mesmo apresenta a origem dos recursos para a concretização do Projeto, sendo que também não há planejamento no PPA, como informado pelo departamento de contabilidade, parecer em anexo.

Antes de editar a lei, o legislador e o administrador devem identificar a **necessidade** de elaboração daquela lei. Reiteradamente, vem o Executivo, através do veto, alertando o Legislativo que deve haver uma maior avaliação se é justificável movimentar toda a máquina política para editar um instrumento e se haverá a aplicabilidade da norma votada. Deve se verificar se já não há norma Estadual ou federal que disponha sobre o assunto, sob pena de invadir competências e ainda se já não existem programas no Município que atendam a demanda, sem a necessidade de legislação.

Em que pese à matéria em questão tratar de "assuntos de interesse local", como descreve o artigo 30 da Constituição Federal, posto que, o projeto em análise visa atender interesse local, visualiza-se a clara existência de vício de iniciativa, o que pode gerar inconstitucionalidade formal da lei, justamente pela quebra do princípio da tripartição dos poderes.





O tema em questão fere o artigo 32§2º,III e IV da Lei Orgânica do Município, isto é, dispõe sobre a atribuição das Secretarias, a qual, é prerrogativa exclusiva do chefe do poder Executivo.

Art. 32. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado, que a exercerá sob forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

§ 1º Os projetos de leis, independentemente do conteúdo dos pareceres, serão encaminhados à apreciação do Plenário.

§ 2º São de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal leis que disponham sobre:

 I - criação, extinção ou transformação de cargos ou empregos públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas;

 II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;

III - criação, estruturação e <u>atribuições das Secretarias e órgãos</u> da Administração Pública;

IV - matéria orçamentária.

O Projeto, não indica quais poderiam ser as fontes de despesas, não indica os recursos orçamentários que suportarão as despesas novas, mesmo porque essa é uma atribuição típica do poder executivo, em flagrante violação a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo, visto que, é de competência exclusiva do Chefe do Executivo Leis que disponham sobre matéria orçamentária, artigo 32§2º,IV da Lei Orgânica do Município.

É inconstitucional lei de iniciativa do Poder Legislativo que desencadeia aumento de despesas públicas em matéria de iniciativa do Poder Executivo, bem como é de competência do Chefe do Poder Executivo leis que estruturam ou alterem órgãos ou secretarias da administração pública. Há ausência de prévia dotação orçamentária para o pagamento do benefício instituído pela norma impugnada.

Há, no caso vertente, inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, já que é de competência exclusiva, Leis que disponham sobre criação, estruturação e **atribuições das Secretarias** e Órgãos da Administração Pública, é claramente invadir a iniciativa do executivo, quando dá atribuições a esta diferente das atribuições legais.

Existe também, flagrante falta de interesse público, visto que, como demonstrado através do Parecer da Secretaria de Saúde, já existe programa que atende a demanda ora proposta, sendo o projeto aprovado desnecessário, pois seu fim já é alcançado pela administração.





Desse modo, considerando que o projeto de lei trata de matéria de competência privativa, contendo, inclusive, atribuições deste poder, verifica-se o vício de iniciativa.

Importante frisar que o Prefeito, poderá exercer o controle de constitucionalidade prévio ou preventivo por meio do Veto, que é forma de discordância, de julgamento ou de oposição formal do Executivo ao projeto aprovado pelo Legislativo, remetido para sanção, é forma de controle preventivo da constitucionalidade.

O exercício do veto, como uma forma de controle preventivo da constitucionalidade, tem caráter acessório e secundário, pois projetos de leis inconstitucionais, podem ser sancionados pelo Prefeito, e o problema continua sem solução. Não pode o Chefe do poder executivo silenciar no momento do veto, dando causa a sanção e vício de iniciativa.

Pelo princípio da simetria, esse dispositivo se aplica a todos os Municípios paranaenses, tendo sua redação, inclusive, reproduzida no artigo 32, §2º, III e IV da Lei Orgânica Municipal, outrora mencionado.

Tendo em vista, às argumentações expedidas, <u>veta-se integralmente o</u>

<u>Projeto de Lei</u> na forma apresentada pelo Sr. Vereador.

Pato Branço, 02 de outubro de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito





DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020.

Rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 9/2019.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 9/2019, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aos 4 de novembro de 2020.

Moacir Gregolin Presidente







Oficio nº 689/2020-DL

Pato Branco, 4 de novembro de 2020.

Senhor Prefeito:

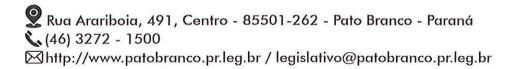
Enviamos cópia dos Decretos Legislativos, abaixo relacionados, referente aos vetos:

- Decreto Legislativo nº 5, de 4 de novembro de 2020, que rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 180/2019, que dispõe sobre a implantação de ecopontos no Município de Pato Branco e dá outras providências.
- Decreto Legislativo nº 6, de 4 de novembro de 2020, que rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 9/201, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.
- > Decreto Legislativo nº 7, de 4 de novembro de 2020, que rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 18/2020, que cria o Projeto "Educando para o Futuro" no Município de Pato Branco.
- Decreto Legislativo nº 8, de 4 de novembro de 2020, que rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 263/2019, que dispõe sobre a colocação de placas indicativas de proibição de execução de barulho, ruídos e sons excessivos em locais diversos e dá outras providências.

Respeitosamente.

Moacir Gregolin
Presidente

Excelentíssimo Senhor **Augustinho Zucchi** Prefeito Municipal Pato Branco – Paraná





ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO DECRETO LEGISLATIVO N° 6, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020.

Rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 9/2019.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 9/2019, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aos 4 de novembro de 2020.

MOACIR GREGOLIN
Presidente

Publicado por: Eliana Scariot Amorim Código Identificador:1589B14C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/11/2020. Edição 2131 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

PUBLICAÇÕES LEGAIS



LEI Nº 1.531, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020

Estima a receita e fixa a despesa do Hunicípio de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2021.

A Cámara Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeto Municipal, sanciono a seguinte

Art. 1º Fica aprovado o Orçamento Gerel do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Farand, para o exercicio finançeiro de 2021, nos termos do Constituição Federal, Lel 4.32(94), Lei Complementa nº 101, de 04.05,2000 (lei de Responsabilidade Facal) a Lei de Diretties Orçamentárias - LDO, discriminado pelos arreros integrantes desta Lei, que estima a Recata em Rg 3.0,500,000,00 (trinta mitidas e quinhentos mil realis), e fiu a despesa em igual valor.

Art, 2º A Receita será realizada mediante arrecedação de tributos e outras receitas Correctes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Area o I, de acordo com o securite desdobramento.

RECEITAS CORRENTES	36,093,640,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,554,090,00
Receitas de Contribuições	640,000,00
Receita Patrimonial	181.200,00
Receita Agropacuária	100,000,00
Receita de Serviços	100,000,00
Transferências Correntes	33,518,350,00
RECEITAS DE CAPITAL	99.000,00
Alienação de Bens	99,000,00
TOTAL DA RECEITA BRUTA	36,192,640,00
DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	5,692,640,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	30,500,000,00

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros que tegram esta lei e terá o seguinte desdobramento:

1-Legislativa	828,500,00
4-Administração	5,279,000,00
8-Assistencia Social	1,894,500,00
10-Saúde	7,351,400,00

TOTAL	30,500,000,00
99-Reserva de Contingência	305.000,00
28-Encargos Especiais	1,430,000,00
27-Desporto e Lazer	282.000,00
26-Transporte	4,452,000,00
23-Comércio e Serviços	140,000,00
22-Indústria	554,000,00
20-Agricultura	610,000,00
16-Ciência e Tecnología	33,000,01
15-Urbanismo	2.855.350,00
13-Cultura	233,000,00
12-Educação	4.252.250,00

02 - POR SUBFUNÇÕES

TOTAL	30.500.000,00
999-Reserva de Contingência	305,000,00
846-Outros Encargos Especiais	410,000,00
843-Serviço da Divida Interna	1.020,000,00
812-Desporta Comunitário	282,000,00
782-Transporte Rodoviáno	4.452.000,00
69S-Turismo	140,000,00
661-Promoção Industrial	554,000,00
606-Extensão Rural	598,000,00
571-Desenvolvimento Científico	33,000,00
452-Serviços Urbanos	2.855,350,00
392-Difusão Cultural	233,000,00
365-Educação Infantil	258,000,00
361-Ensino Fundamental	3,931,250,00
306-Alimentação e Nutrição	72,000,00
305-Vigitāncia Epidemiotógica	105,000,00
304-Vigitáncia Sanitária	58,000,00
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial	181.000,00
301-Atenção Básica	6,993,400,00
244-Assistência Comunitária	1,218,000,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente	€43.500,00
129-Administração de Receitas	129,000,00
128-Formação de Recursos Humanos	135,000,00
123-Administração Financeira	974,000,00
122-Administração Geral	3,732,000,00
062-Defesa do Interesse Público no Processo	309,000,00
31-Ação Legislativa	828,500,00

03 - POR PROGRAMAS

0-OFERAÇÕES ESFECIAIS	1,430,000,00
-----------------------	--------------

1-PROCESSO LEGISLATIVO	828,500,00
2-SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	1.226,000,00
3-COORDENAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	2,950,000,00
4-GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E CONTROLE	1.103,000,00
5-GESTÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	4,452,000,00
6-GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CERAS E SERVIÇOS	2.855,350,00
7-COOPDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DIRETRIZES	7,337,400,00
8-GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.278.000,00
9-ASSISTENCIA AO MENOR INFRATOR	517,500,00
10-GESTÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	4.239,250,00
11-GESTÃO E DIFUSÃO DA CULTURA	233,000,00
12-COORDENAÇÃO DO DESPORTO AMADOR	282,000,00
13-PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO AGROPECUÁRIA	593,000,00
14-APOIO A INDUSTRIA E AO COMERCIO	554,000.00
15-APOIO AO TURISMO	140,000,00
16-GESTÃO DO CENTRO DE DESENVOLV, CIENTÍFICO	33,000,00
17-SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	72,000,00
19-APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	54,000.00
20-ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO	12,000,00
99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	305,000,00
TOTAL	30.500.000,00

04 - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

TOTAL	30 500 000 00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	305,000,00
DESPESAS DE CAPITAL	4,472,400,00
DESPESAS CORPENTES	25,722,600,00

OS - POR ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

TOTAL	30.500.000,00
11 - DEPARTAMENTO DE IND. COMÉRCIO E TURISMO	727,000,00
10 - DEPARTAMENTO DE AGR. PEC. E MEJO AMBIENTE	610.000,00
09-DEPARTAMENTO DE EDUC, CULTURA E ESPORTES	4.767.250,00
03-DEPARTAMENTO DE AÇÃO ASSISTENCIA SOCIAL	1.894.500,00
07-DEPARTAMENTO DE SAUDE	7.351.400,00
06-DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	2,855,350,00
05-DPTO DE GERAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	4.452.000,00
04-DEPARTAMENTO DE FINANCAS	2,428,000,00
03-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	3,360,000,00
02-GOVERNO MUNICIPAL	1.226.000,00
01-CAMARA MUNICIPAL	828.500,00

Art. 4º Visando adequar as estruturas desta Lei às necessidades técnicas prientes da execução das metas físicas, fica o Poder Executivo Municipal

autoruado, por meio de ata próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orgamentária fixada para o exercício de 2021, no que couber:

I – Realizar Operações de Crédito por anteopação da receita, nos ter da legislação em vigor;

II – Resizar Operações de Crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - Atrir créatos acidonais suplementares por Decreta até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento des despesas, nos termos da Legislação viginte;

IV – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos teninos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição federal.

V – Por meio da abertura de Créditos Adicionais Suplementaries, ajustar os valores das dotogles orçumentelias destinadas ao pegamento de pessoal e encargos sociales e ao pagamento de cargoago e do principal de activalo pública e, desde que teoricamente justificado, os valores programados em outras despesas comerties e de capital oustados com recursos da tabatom municipal e do estata fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da tel Federal n. 9.4.320/77.6 t. 17.0.3156/1;

VI – Proceder a abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Decreto, usando para esse fim o excesso de arrecadação, porém sempre observando as determinações legais da Lei n.º 4.320/64, não sendo computado para fina do limite de que trata o incoso III;

VII – Proceder a abortura de Créatos Adicionals Supérmentares por Decreto, usando para esse fim o superalvit financiaro de cercicio anterior, porém sempre observando as determinações legais da Lei n.º 4,320/64, não sendo computado para fina do limite de que trata o inicio III;

Art. 5º Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento de dotações:

I – entre os elementos, o pupos e catégorias de programação de despesa dortre de cada projeto ou atividade; III – entre as fortés se recursos livres ejou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Art. 6º Em decorrência ao disposto no artigo 66 e seu parágrafo único da Lei Federal n.º 4.720/64, de 17.03.64, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos cantrals as dotações atribuídas às diversas unidades

orçamentárias e redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais de uma para outra unidade.

Parágrafo único – As redatribuíções de recursos da autorização contida reaste artigo, não serão computadas para efecto do limite fixado no inciso III, do artigo 49 desta Lei.

Art. 7º Nesta Lei a discriminação da despesa, quanto à sua natureza é por categoria económica, grupo de natureza de despesa e modaldade de aplicação.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos sulados à conta reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III RF e art. 8º da Portaria Interministerial n.º 163 de 04 de maio de 2001.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Gatinate do Prefeto Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Parand, aos 29 das do mês de outubro de 2020.

Nilson Antonio Feversani Prefeito

CÂMARA MUNCIPAL DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020.

Rejeta o Veto Integral eo Projeto de Lei nº 180/2019. A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promolgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejetado o Vato Integral ao Projeto de Lei nº 180/2019, que dispõe sobre a implantação de ecoportos no Município de Pato Branco e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

Gabinata da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aos 4 de novembro de 2020.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020.

Rejeta a Veto Integral ao Projeto de Lei nº 9/2019

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promutgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejultado o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 92013, que institui o Programa Municipal de Odentação e Prevanção de Addentes Domésticos e a Semana de Consolientação active Addentes Domésticos com cinaças es a Municipio de Pata Branco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua públicação

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Parená aos 4 de novembro de 2000.

CÂMARA MUNCIPAL DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2023.

Rejeta o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 18/2020.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejetada o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 18/2020, que cria o Projeto "Educando para o Fetura" no Município de Pato Branco

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pata Branco. Estado do Paraná, aos 4 de novembro de 2020.

Moacir Gregotin Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020.

Rejeta o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 253/2019.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Parané, aprovou e ea, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejulado o Virio Integral ao Projeto de Lei nº 263/2019, que dispõe sobre a colocação de placas indicativas de prohipão de execução de baruño, nuidos e soms excessivos em locais devense e de outra populativos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná aos 4 de sovembro de 2020.

Mosoir Gregotin Presidente

Eaplice Einste de 17 Temp Adous as Cortino et 2019222, Cortinante Manicipa de Cropmonto FR. Cortinado Pedrera Sarrago Ltás (10-9) 77 744 (13000-14) (bijot Supresto de viviors ao Cortino Vivi de Supresto Rio 2607 80 (1100 - 1

ESTADO DO PARAMA CONSORDO INTERMENDORAL DE SAUDE DITANTO DE PESASÃO CONTRATUAL Para Branca C4 to Nevembro do 2005 CONTRATAÇÃO DE BENS EGUI SEMAÇOS Nº 202007. CONTRATAÇÃO DE BEDAS EGUI SEMANAÇA DE SEGUINANÇA DO TRABALHO E MBO ANDENTELITOR O primete hem de los por dichos invalida de Corrior de Bens dia Saviga nº 2020071, es 21 de Oudet de 2000

CONTRATAÇÃO DE BEXA E DO SER AÇOS Nº 1480017 CONTRATAÇÃO LABORA TORO PEL VERMILANO LICIA O gravaria Nome Nei por digida e mandal de Comisso de Born e los Serviços nº 500017, em 17 de Ouders de 200

CONTRATAÇÃO DE REMI ECU SERVAÇOR Y 1115333 CONTRATAÇÃO DE REMI ECU SERVAÇOR PAROS CURRAS MEDICA BREU CONTRATAÇÃO DE REMIESTO DE PROPERTO A REMIESTA BREU SE SENÇO PET 115700, em 13 de Oudem de 2020

CONSÓRCIO INTERVENYO PAL DE SAÚDE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGICA DO CONSOCIO MITERALINO PAL DE SACOE

TERMO DE HOMOLOGICA DE ADUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OUT presióne da las tratas de dispuesto, no se das artículos qui he sis cariodas pela bequida en ejecuciones por la celebración de 1990 el semple processo. E vicinitar de 1990 el semple processo. E vicinitar de 1990 el semple processo. E vicinitar de 1990 el semple processo de 1990 el semple de 1990 el semple

CONSÓRIO (MERALINCIPAL DE SAÚDE

TERMO DE RATRALIÇÃO DO PROCESSO DE INSERBIDADO Nº 550009

Fundamento nos art 25 de las de Longués e 9 500501 RIPIDO à this oplicade nº 550002 para a concercioumento de 165501 RIPIDO à 100501 DE SERVIÇÃO DE SERVIÇÃ

municipius conscitatios ao CONNS Vider Giobal 245703.00 Distação 62.001.12.302.0002.2002.3.1.90.39.00 Data 64.11.0000

THE DE ANTICICLO E BORGOSCIO INTERNACIONE E MÓS.

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

61/1020

Peta Eran ALTALR JOSÉ GASPARENTO PRESIDENTE

WUNIOFFO DE SUPRADE CO LEUNCIL - ESTADO DO FASANÁ
ANSO DE RESULTADO DE L'OCTACÃO E ADUDICAÇÃO ESP. LICITAÇÃO NA MODIMIDADE
FATGLO HETRÓNICO NA COLORO DE CONTRAÇÃO E ADUDICAÇÃO ESP. LOCTAÇÃO NA MODIMIDADE
FATGLO HETRÓNICO NA COLORO DE CO

HOMOLOGAÇÃO

BAMOLOGICIO
Tendo en visto a parcera paráccio e a ADJUDICAÇÃO da Fregoria, que apurou o remitodo do processo licitudaria, na modalidade Pregão Electrónico e il 078/2010 - 58P, de 01/10/2010, con abectura e plagamenta em 26/10/2010 endo activido interposição recursal, en Musero Cesar Cenci, Prefesto Manifolda, tomo público a 800000004/00 de Processo Unidario Modalidade Pregão Electrónico el 078/2010 para Registro de Preção, confirme en 210 de 20/10/2010 para Registro de Preção, confirme en 210 de 20/10/2010 para Registro de Preção, confirme en 210 de 20/10/2010 para Registro de Preção, confirme en 210 de 20/10/2010 para Registro de Preção, confirme en 210 de 20/10/2010 para Registro de Preção Electrónico de 20/10/2010 para Registro de Preção Manifoldo de Preção Manifoldo (CAP) NO 10805-65/20/201-50 UNIANTO COMPRECIO DE PATUMATICOS LIDA, CMJ Nº 36-69/21/2010-02 REGISTRO MUNICIPA E PRECIO PROVINTA CALLA LIDA EFF, CMJ Nº 1080-65/21/2010-02 REGISTRO MUNICIPA E PRECIO PROVINTA CALLA LIDA EFF, CMJ Nº 1080-65/21/2010-02 REGISTRO MUNICIPAL DE 20/10/2010-02 REGISTRO CALLA CALLA DE ESCRICTO DE SPECÍOS MANIFORME de 31 guaça, FR. 93 de sovembro de 20/20 MUNICIPAL DE ESERCIO DE ESPECIOS MANIFORME de 31 guaça, FR. 93 de sovembro de 20/20 MUNICIPAL DE ESERCIO DE ESERCIO DE CALLA CESAR DE ESERCIO DE ESERCIO DE CALLA CESAR DE ESERCIO DE ESERCIO DE CALLA CESAR DE ESERCIO DE CALLA CESAR DE ESERCIO DE CALLA CESAR DE ESERCIO DE CALLA CESAR DE CESA

ENTERTO DE 2020 MAUEO CESAR CINCI FREHEITO MUNICIPAL.

RATERIO DE MAJOR ERGISTRO DE FERCOS

FRIGO HETRODANO - N. 10 7/2/002 ATA N. 136/2/020 - CANAN ANNESOSIA

EMPERSASIAL EBELL CAN Nº 35/97/2/2/4/001-64 ATA N. 137/2/030 - AMAIS FANIE

EMPERSASIAL EBELL CAN Nº 35/97/2/2/4/001-64 ATA N. 137/2/030 - AMAIS FANIE

EMPORTAÇÃO LIDA CAN Nº 30/97/2/3/2/001-164 ATA Nº 13/7/030 - REZ PANIS EBELL

CAN Nº 26/97/5/3/001-1/2 ATA Nº 13/9/2/03 - 1/05 COMESCIO DE INDUE BIRELI

CAN Nº 16/97/5/3/2/001-1/2 ATA Nº 13/9/2/03 - 1/05/2/001/2/000 E FANUE HETCOS

EFFCAS LIDA, CAN Nº 18/9/3/2/01-1/6 ATA Nº 14/2/030 - MILANO COMESCIO DE

FERUMATICOS LIDA, CAN Nº 36/9/7/2/1/2/01-6 ATAN 1/14/2/030 - MILANO COMESCIO DE

FREUMATICOS LIDA, CAN Nº 36/9/7/2/1/2/01-02 ATAN 1/14/2/030 - MILANO COMESCIO DE

ESPELLA CAN Nº 18/9/5/3/2/01-6 ATAN 1/14/2/030 - SERCIO FROYMA COLLIDA EPP.

CAN Nº 36/5/3/8/01-6/3/4/3/01-03-ATAN 1/14/2/030 - FREMIUM PINEIS EPZELL CAN Nº 33/05/1/6/01/2000-03-

A Publicação na integra dos atos acima executram se disponíreis no seguinte endereço eletrácicos http://www.diariomunicipal.com.la/jamp/, ed.ção de 05/11/7020, conforme Lei Autorizativa N° 1358, de 18 de Agosto de 2020

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO N.º 151/2020
Modalfalade de licitação PREGÃO ELETRÓNICO Nº 53/2020
Modalfalade de licitação PREGÃO ELETRÓNICO Nº 53/2020
O Município de Palmas, Estada do Paraná, TORNA PÚBLICO aos interessados
que realizará processo de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÓNICO
nº 53/2020, e conforme especificações deste certame nas condições fixadas no
Edital e seus aesenos, sendo a licitação do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE".
INÍCIO DA SESSÃO, 09/09 de dia 18/11/2020
CREPIDENCI VINNYTO. Banco do Brasil www. licitacoes-e com br

INÍCIO DA SESSÃO, 99 09 do da 18/11/2020

(REDENCI AMENTO BARGO do Brasil waw licitacees-e com br

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÓNICO

TIPO DE JULGAMENTO. MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO. Contratação de empresa especializada no ramo de Engenharia

Elbrica Civil para manutenção, fornecimento e instalação do produtos e

equipamentos semafóricos, conforme a necessidade deste Município, de acordo

com as especificações do edutal e ancros

Retirada do edutal, Local para informações Divisão de Licitações - Avenida

Clavelindia, nº 521. Centro, Palmas - PR, telefone (46) 3263-7000 - Site

waw montre con le e waw Britaneotae Conse

www.pmp.pr.gov.br.e.www.licitacoes-e.com.br. Palmas, 26/10/2020

Municipio de Palmas Kosmos Panayotis Nicolaou- Prefeito





LEI Nº 5.618, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020.

Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5° do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos.
- Art. 2º O programa de que trata esta Lei será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município, em que são atendidas gestantes, mães e crianças.
- Art. 3º Para os efeitos do programa criado por esta Lei são consideradas ações de orientação e prevenção de acidentes domésticos, especialmente em relação às crianças:
- I cuidado no que se refere ao uso de medicamentos, ressaltando-se a necessidade de prescrição médica;
- II cuidados ao guardar medicamentos e demais substâncias químicas, que possam oferecer riscos à saúde, como substâncias tóxicas e produtos de limpeza;
- III cuidados em relação ao contato com equipamentos elétricos, ferramentas perfuro-cortantes e instalações elétricas, principalmente tomadas de energia que ficam ao alcance das crianças;
- IV cuidados quanto à locomoção de crianças em apartamento, recomendando-se o uso de redes de proteção na sacada e em todas as janelas;
- V cuidados a serem observados na utilização de elevadores, piscinas e outros equipamentos de uso comum em prédios de apartamentos e residências;
- VI cuidados no contato com animais de estimação próprios ou pertencentes a terceiros, como vizinhos, parentes etc.;
- VII cuidados com a circulação de crianças na cozinha durante a preparação de alimentos, o que pode ocasionar acidentes, como queimaduras;
- VIII cuidados para prevenir possíveis quedas, especialmente de crianças e idosos;
- IX noções de primeiros socorros para os casos de ingestão indevida de alimentos ou remédios que coloquem em risco a vida da criança, provocando afogamento ou outros sintomas.









Art. 4º Fica instituída a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças, evento que terá caráter permanente e edições anuais, sempre na primeira semana do mês de maio.

Parágrafo único. A programação da semana referida no *caput* compreenderá palestras com especialistas e atividades voltadas para a propagação dos cuidados que devem ser tomados na prevenção de acidentes domésticos, especialmente com crianças e deverá integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 9 de novembro de 2020.

Moacir Gregolin Presidente







Oficio nº 692/2020-DL

Pato Branco, 9 de novembro de 2020.

Senhor Prefeito:

Enviamos cópia das leis promulgadas, pelo Presidente da Câmara, Vereador Moacir Gregolin, nesta data:

- ▶ LEI Nº 5.618, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020, de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.
- ▶ LEI Nº 5.619, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020, de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM, que dispõe sobre a implantação de ecopontos no Município de Pato Branco e dá outras providências.
- LEI Nº 5.620, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020, de autoria do Vereador Ronalce Moacir Dalchiavan PSD, que dispõe sobre a colocação de placas indicativas de proibição de execução de barulho, ruídos e sons excessivos em locais diversos e dá outras providências.
- LEI Nº 5.621, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020, de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello PSD, que cria o Projeto "Educando para o Futuro" no Município de Pato Branco.

Respeitosamente.

Moacir Gregolin Presidente

Excelentíssimo Senhor **Augustinho Zucchi** Prefeito Municipal Pato Branco – Paraná





ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos.

Art. 2º O programa de que trata esta Lei será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município, em que são atendidas gestantes, mães e crianças.

Art. 3º Para os efeitos do programa criado por esta Lei são consideradas ações de orientação e prevenção de acidentes domésticos, especialmente em relação às crianças:

 I - cuidado no que se refere ao uso de medicamentos, ressaltando-se a necessidade de prescrição médica;

 II - cuidados ao guardar medicamentos e demais substâncias químicas, que possam oferecer riscos à saúde, como substâncias tóxicas e produtos de limpeza;

 III - cuidados em relação ao contato com equipamentos elétricos, ferramentas perfuro-cortantes e instalações elétricas, principalmente tomadas deenergiaque ficam ao alcance das crianças;

 IV - cuidados quanto à locomoção de crianças em apartamento, recomendando-se o uso de redes de proteção na sacada e em todas as janelas;

 V - cuidados a serem observados na utilização de elevadores, piscinas e outros equipamentos de uso comum em prédios de apartamentos e residências;

VI - cuidados no contato com animais de estimação próprios ou pertencentes a terceiros, como vizinhos, parentes etc.;

 VII - cuidados com a circulação de crianças na cozinha durante a preparação de alimentos, o que pode ocasionar acidentes, como queimaduras;

VIII - cuidados para prevenir possíveis quedas, especialmente de crianças e idosos;

IX - noções de primeiros socorros para os casos de ingestão indevida de alimentos ou remédios que coloquem em risco a vida da criança, provocando afogamento ou outros sintomas.

Art. 4º Fica instituída a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças, evento que terá caráter permanente e edições anuais, sempre na primeira semana do mês de maio.

Parágrafo único. A programação da semana referida no caput compreenderá palestras com especialistas e atividades voltadas para a propagação dos cuidados que devem ser tomados na prevenção de acidentes domésticos, especialmente com crianças e deverá integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 9 de novembro de 2020.

MOACIR GREGOLIN
Presidente

Publicado por: Eliana Scariot Amorim Código Identificador:F2206DFC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/11/2020. Edição 2134 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/



PUBLICAÇÕES LEGAIS



MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL PR. AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2020 - UASG: 989979 REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020

LICITAÇÃO CON ITEMS EXCLUSIVOS PARA NICROENPRESA E EMPRESA DE PROUND PORTE

O Mancipio de Born Sucesso do Sul - Pr. comunica que realizará o Pregão Betránico no 18 sal 2000, do superior se pregado en de precos cara futuras e eximitada as absolas de materiais cráficos e impressos para atender as necessidades e acomunitá as absolas de materiais cráficos e impressos para atender as necessidades e acomunitá as absolas de materiais cráficos e impressos para atender as necessidades e acomunitá acutados os faces de faces do de acomunidade mancional, conforme desenho no Temmo de Referência construe do faces L. do Edul. A sessão do propia eletrônico será realizada através do sece animamente especial de acutados para faces por especial de propiado de ser solicitado potos e-mais properio ba abcumicios e (Vou loizacos (Basular yas Nr. Obs. edital evolucivo para microempressa (145), empresas de art. 18 e, da lei complementar 123/06 e lei complementar 147/14. Informações pelo fonc (45) 3234-1135 ou por e-mail.

Born Sucesso do Sul, 09 de novembro de 2020.

MUNICIPIO DE SAUDADE DO ICUIQUESTADO DO PARANÁ
ANDO DE ESTATADO DE HOTTAÇÃO
PERCÔN PERSINALIANO DE MARIA PERCÔN PERSINALIANO
PERCÔN HOTTAÇÃO PERCÔN PERSINALIANO
PERCÔN HOTTAÇÃO PERCÔN PERSINALIANO
MINISTRALIA NE COSTINA PERSINALIANO COMUNEOU DE REMONETO (PERSINALIANO
MINISTRALIA NE, COSTINA PERSINALIANO
MINISTRALIA NEL COSTINATO
MINISTRALIA NEL CO

Nº PORTARIA	NOME	ASSUNTO	DATA
€33	VALERIA APARECIDA SCHUSTER	MEALLERIDACE	64 11/2000
634	CLEUNIR DE FATINA CANDIDO DE BORTOLI E OUTRA	MANUSEDICE	64.11/2000
635	ALEXANDRA FAFIAS FICHEL E	AUTORIZA DIFIGR VEICULOS OFICIAIS	64 11 0000
636	ELIANE JAQUELINE NICOLLI DOS SANTOS	EXPRESO PÚBLICO	64 11/2220
637	WALLIAN CAPLOS DA SILVA CORFELA	SUSPENDE PRAZO PARA TOMAR POSSE	65.110000
638	ADENLEON LOPES DOS SANTOS E OUTROS	INSALUSRIDADE	65/1/5000
633	JACKSON DUMONTHORTA	TORNA SEV EFEITO	05/11/2020
£43	THOMAS ANCRE FIORIO	NOVEIA APROVACIO EV CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 0140018	65/11/0000
E44	LETICIA CRISTINA MARCON DA ELVA	DISPENSA A PEDIDO DE EMPREGOPÚBLICO	09/11/5020

MANCONICE FATO BEAMON - POSTASAM M MO.

OP Prietal Municipal de Fata Britan en use des probades que ha são confincias parla A1 62, incom II, alman VII, de la Copincia de Mancape. ESECULE, A1 1º MOVECE en carabre difero pessoal aprovada em Concurso Pallado Mancape. ESECULE, A1 1º MOVECE en carabre difero pessoal aprovada em Concurso Pallado Mancape I traves de Estad Nº CHACO'S para provincias ocargo de Medico Surgão Medico Comissão MEDICO DESER ALISTA.

TORRESSOA DE COMISSÃO ALISTA.

Florings Andre Floring

Andre Floring Andre Floring

And 2 F Floring option de 5 (princi) data alons a border de publicação desta portir a para a tomada de possa. Compra-sa: Gabriella de Finifeto de Finis Branco em 16 de nos embro de 2000. Augumento Zussis - Pinifeto.

MUNICIPAL DE PARTA BRANCO - EDITAL DE CONVICAÇÃO DE LA DESTRUCIÓN DE PARTA DE PARTA DE CONVICAÇÃO DE LA DESTRUCIÓN DE PARTA DE CONVICAÇÃO DE LA DESTRUCIÓN DE PARTA DE CONTRO DE

MANORINO DE PATO BÁNICO - EXTRATO DO BIOTAL DO PROCESSO SELETINO SAPLIFICIDO: FRS.: IN-CRICODO DOTAL IN CODOZIO: O Prévio Manogo de Pato Banco Edado Si Para a na valo si principilos de CRICODO SAPLICA DE PROCESSO DE CONTRA DE PATORIO DE PATORIO DE PATORIO DE CONTRA DE PATORIO DE CONTRA DE PATORIO DE PATORI

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PROCESSO EDIETIVO SIVILACIDO - ZELADIZA - PSS - CONTRATANTE MUNICIPIO DE PATO BRANCO - CIPIJ

CONTRATACO	CONTR.	CB.E10 Colorato; to gara Empiredo Publico de	NCO		CARGA HOR SEMANAL
Scrieg Delarmetin	53	Zelators - FSS	06/10/2022	F\$ 1 158 39	40 for as semanas
Share Malago Lista	194	Zeladors - PSS	05/10/2020	F\$ 1158.39	40 form terraras
Martene Galois	195	Zelatora - F.S.S			45 horas semanas
Luiza Santos de Matris	197	Zendora - Filia	05:33:32	F\$ 1163.39	40 forus servarias
Administration Godon	95	Zeladora - FES	(6.100000	P\$ 1 168 39	40 horas serrar as
Rosangela i Ceccon Burile	99	Zeoton - P65			4) horas samanas
Valdnes Grojeti	1921	Zeladura - F25	13/20/2020	F\$ 1 158 39	4) horas semanas

CHP4 76 995 448/0001-54	- \$606	EM RAIG X - PSS - CONTS ACAMMISTRATINA RUA CA IDE TRABALHO CLT - FORM	RAMURU N	271 - CE	NTRO - PRAZO
CONTRATADO	N.M.	CO ETO Comisso to pora Empreso Publico de		SALARIO MENSAL	CARDA HOR
Adrere Santos de Bours	\$1	Techco em Rag A - PSS	08090000	F\$134354	22 horas semanas
Colves Marca Fod roles	92	Techniquem Raio X - PS5	66.60000000	551 343 54	20 horas semanas
Leonardo Cezar Andrade de Obreza	95	Telmos en Faio X - FSS	85,15/2020	8\$1 343 64	20 horas samanas
Gisele Nasoments Curha Marangoni	100	Techco em Palo X - PSS	05/10/2020	F\$1 343 54	20 horas senaras

production of the production o	patro de Progos e após so e a HOMOLOGAÇÃO
Engwan)	Valor Ford Extracts de Contratação - PS
MOUSTRIA GRANCA PANCOTE EREU- NE	17 8: 8 50
GUNDAO-CRIVITA	5131479
CALCINEDITORA GRAVICALTOA	34 214 33
PONTO COM EPINCES LTCA	23 142 00
ALBORAF FORMULATIOS CONTINUOS LTCA	8.645.00
T0T4LH0V0L03400	135132133
Cos exposertaran de Nervas França por lam para Regento. Após comentas en espatradas de ante en prosedemiento a abordo a electropia de Res de Regi E A CECISÃO. Grandette CO PREPEITO DE CHOPANZOHO FR. CONTO: Alvara Clesia Centi Contino Professo.	and de Progres

CÁMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art, 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

A4, 1º Fice restruido no âmbito de Municipio de Pato Branco, o Programa Vuncipiol de Omentação e Prevenção de Addentes Domilaticos.

Art. 2º O programa de que trata enta Lei será executado nas unidades básicas esculas, centros municipas de educação infanta e demais espaças de convivência comunidara ex Vuncipio, em que año standidas gestantes infles e chanças.

Art. 3º Para os efectos do programa priado por esta tier são consideradas aplies de tação e prevenção de apotentes domésticos especialmente em relação às crianças.

L- cudado no que sa refere ao uno de medicamentos ressaltando se a neceprocipio medica.

B. cuidados ao quardar medicamentos e demais subcláncias químicas que possam director nacos à sacida, como substâncias táxicas e produtos de limpeza;

II - cuidados em relação ao cortato com equipamentos districos foramentos portur-ocortantes e instalações eletricas principalmente tomadas de energia que ficam ao alcance das oranças.

EV - cuidados quanto á locomoção de crianças em apartamento recomundando-se o uso de redes de proteção na sociada e em todas as janelos;

 V - ou dados la serem observados na utilização de elevadores pao tos de uso comum em prêdios de apartamentos e residências. W - cudados no contato com animais de estimação próprios ou pere como vicinhos parentes etc.

VII - cuidados com a circulação de crianças na oconha durante a preparação de al que pode ocusionar acidentes, como quemaduras.

VII - cuidadas para prevent postíveis quedas especialmente de crienças e idosos

1K - noções de primeiros socortos para os casos de ingestão individa de alimentos ou mêdos que coloquem em esto a vida da primeja, provincindo afogamento ou cultos aintornas.

Art, 4º Fica instituída a Semana de Conscientasyto sobre Accientes Donésicos con cranças, evento que tará carder permanenta e edigões anuas, sempré na primera semana do mês de maia.

Parágrafo único. A programação de semana inferida no capus comprisando a paleotes com especialistas e invidades vidades por a e propagação dos cuitados que devem sentomadas na presenção de podemisa dimitancia, especialmente com chanças e deverá integrar o Calendario Oficial de Distas e Exemas do Vindajo de Pata Bisma.

Art IP Esta Lin entra em vigor na dota de sua publicação

Esta Le é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Poliscos - DEM

Gabriete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 9 de novembro de 2020

Moscir Gregotin Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI N° 5 613, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a implantação de ecoportos no Municipio de Fato Branco e de cutras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Pata Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 16, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei;

Art, 1º Fica autorizado e Executivo Municipal de Pato Branco a implantar Ecopontos, destinados a recobor, medianta entrega voluntaria por pessoas fisicas, de objetos que não tenham maia utilidade e tambiém podo de ficinios a garans.

§ 1º Os Ecopotos são botas previamente desgrados pola trumcipo, compostos de um recoperto diferenciado, ou en conjunto de recopertos diferenciados, que a servem como colificatoria, porte recode um transcibles, para que en residos aprodam en a mobram deminidado possam recodes um transcible diferenciado de colora transcibir a desimplió final, estabulamente para recodegam, reprosessamento a recoperación por la porte de porte porte mento activación de colora transcibir a contractoria espiral podes en vira suctivación cambidos de mundos.

§ 2º Serão autorgados a seram descartados nos ecoportos móveis em gerál e eletrodoméntose poda de átvore grana e outros materias que rão são recaíndos pela cilida do livo descalados.

Art, 2º O Poder Executiva Vunicipal disponibilizarà áreas publicas ou termi adequado para a instalação de recipientes coletores de materiais recidência.

§ 1º Os Ecoportos deverão ser instalados em áreas visivos e, de modo evidioto, conformações sobra quais os materiais estão autorizados a ser diocelhados nesses luces.

§ 2º A localização dos ecoportos deverá ser amplamente diviligada.

A4. P. A implicitação caleta e organização dos Ecoponios, serão regulamentados pelo Executivo Winicopal sem o compromiemento dos funções originais.

Firefyiris Groot O'Executive Municipal fice autorizado a compartitiva es materiais recidilives. Organizações Não Governamentais (OVGs) i associações de bierros ou grupos ficeis que critalisma agles de calcita defina de fila recidiade para retapulvamentais dam o Secutian Municipal socialitima Social a qual coder à efinancia distribução grauta para as filmitais carentes do municipal primeira calcimanta.

A4. 4º Os objetos inecidos produtos e naturais que ficam endados de serem destinados aos ecoportos, serão normatizados por ocasião da regulamentação da presente lei.

Art. P. O Foder Executive regulamentaria a presente Lauro que couber, em etá 300 trazantas e sessentar das após sua publicação.

Art 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Esta Les é de autoria do Vereador Catinho Artonio Polazzo - DE M

Gabineta de Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 9 de novembro de 2000

Maacir Gregotin Presidente CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 5 620, DE 9 CE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a colocação de placas indicativas de probição de execução de boraho, mádos e sons excessivos em locas divenos e di outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 38, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei

Art. 1º Fica obrigatina, no âmbrio do Municipio de Parlo Branco, a culturação de placas, nos nidades dos hospitas, matemidades, astos de dosos escrisas, bibliotecas publicas, portos de sabile da est as quas doverdo indicar a produção de secução de branho mídios a some excessivo.

Epidente Partiguito Unido Aplace de que tinta o capar deste anigo deve a contar da seguintes diserse. É protecta a execução de núclea e sons execucios necte focal conforme a Lei Municipal nº 3 (2001). Program do Siferio Orbano - POLIV.

Art. 2º As places deverás ser afixadas em locas de tácil visual zação e deverás mendimar os so de táctima e anderago para denúncias, bem como o vator das muitas e demas penal dados em

Art 3º Esta Le arma em vigor na dida de sua publicação

Esta Lei é de autora do Versedos Rondos Mosos Delohiavan - PSO

Grannete de Presidente de Cânsara Municipal de Pato Branco, em 9 de rovembro de 2020.

Moscir Gregolin Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº \$ 521, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020,

Cha e Projeto "Educando para e Futuro" no Vuncipio de Para Branco

O Presidente da Câmara Municipal de Pata Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5° do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art 1º Fice enade no Municipio de Plato Branco, o Projeto "Educando para o Futuro", que consiste na distribución anual de less de material escolar nos escolas da rede municipal às familias insortas no Cadados Unica - Cadalines.

A4 P 0 "At Estale" será composto do material escalar básico la ser utilizado por todos almos da pre-escala e do enteno fundamental da rode mundipal de enteno, edecuando o á faixa estan e al faisa do pre-escala esta escala do code estamo messinos.

Art. If Para receivments dos lets referidos no art. Plos elunos deverão esta regulamente elefoldados em sua printidade de enviro

Partigrafo único. A Secretar a Municipal de Educação e Cultura entrovésce à ci do dos kita.

Art. 4º Fica e Executivo Municipal autorizado a filmar parcenza objetivendo a l ou ampliação do Frejeto. Educando para e Futural para e aquisição de Mis Material Escolar

Art. 6º O Poder Executiva regulamenterà a presenta lei no praza de 90 (noverta) des a contar de des de sua publicação

Art, 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Esta Livi & de autoria do Versador Fabrico Freis de Mello - PSD

Gabineta do Fresidente da Cámara Wunispal de Pata Branco, em 9 de novembro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - EX

HOMOLOGAÇÃO E ADJEDICAÇÃO ===0; 000,000 20;000 00 00;000 00 00;000 00;

PRESENT EXTENSION OF A 197393 - February Control of Antiques Actions of Process (Section 4) of Control of Cont

m.	PRODUTO/DESCRIÇÕES	QUART.	US20.	MARCA	72.45	\$ 315.70
11	Tuto em ferra redundo palvanzado com 8 metros com dimenshes	32	serie.	ANCE-CARETTAL		
12	Tuto en fero presion è metros con émerolles de 20mm 20mm, con parade de 1,5mm	30	Grid	ARCELO EXETTAL		
13	Tuto em foro returbo pata som 6 metros, espectura 20mm a 2 00 mm 1 /7 (30	und.	ARCELOR/ETTAL	123 12	3 623 60
15	Tube refunds gelvangeds som 6 merce, sam (zemena)	+2	und	ANCE: CRITCHIA	293.34	11.713.50
15	Tabs refords programed som 6 metre, som	55	sed.	ARCE, CRISTIFAL	399.83	11 112 5
18	Tubo refordo de aça galvanoido com 6 metros. Elémetro actorno de 60 30 mm, parelle espectura de 3 65mm.	63	υđ	AFCELORISCH AL	\$16.76	32 943 60

	VALOR TOTAL HOMOLOGADO PARA O LIC	STARTE	FORK	CESC		15 77 152 5			
ITEMS DESERTOR OF FRACASIADOS									
ITEM	рязочто/оевсяцова	GRANT	UNID		DATE (14)	PRINT (TA)			
1	Cammerse en fero pieto con 8 netica con aquecora de 5,4	33	und	10.					
2	Commercia en fero preto con 6 mercia con accessora de	33	(red	18.	10				
1	fern changes con finalms epimon (e1.5 x 11.4	22	1000						
	Ferry Chatty pricts, com & metros, ergentiers de 1/2 x 2	22	500						
5	Fernickets gives com & morrow, expensive field to \$1.	22	Crist.						
	Ferry referris medical tarractors in a mercal appearant fail 4"	32	Time.						
,	Ferry reduceds mediates have com & metros, expensula de 3.3"	1.2	Part .						
1	form material medical tare can it merce, expensive de \$16"	130	und		4				
9	Ferry reducts medical bars combined a service expension by \$12.	32	Lest.						
10	Table for Serial publishing prices, com it merces, com it mercela for 20 mm (20 mm, parado for 1,2 mm)	300	trid.						
14	Tubb en fera refordo preta con 8 netras, esperaura Silmo a 7 Ph. a. a. 7 (commo)	32	und		- 7				
17	Take reducte de sijn perendet com 8 metria, som mod.	62	i-d	4	- 2				

VALGA TOTAL HOMOLOGADO DA LECETAÇÃO

8 5 77 86 2 50 (Sefente a Sefe MT a Ottocantos a Sessente a Dula Rasis a Cinquesta Cantavos)

SÚMULA DE RECEBBLENTO DE RENOVAÇÃO DA BONO O E CLA LIDA , tema público que geologo do IAI, a Renovação da RONO O E CLA LIDA , tema público que geologo do IAI, a Renovação da Lecença de Operação, para Constició Várejota de Centidactica, inculada na Roa Capida Padro de Araigo, se, hairra Lagudo, cidade de Polmas - Fr

BIUNICÍPIO DE CORONEL NIVOA - ESTADO DO PARANÁ.
CONOCIAÇÃO TOMINA DE PREÇOSIA PI 15:203
CRISTO CONTRATAÇÃO DE ENPRESA EN REGOSIA PI 15:203
CRISTO CONTRATAÇÃO DE ENPRESA EN REGOSIA DE ENPRETADA POR PREÇO GICRAL
PARA ESECUÇÃO DE REFORMA DE COSERTURA NA USE SÃO CRISTÓVÃO E NA USE SIO
ONATO E EXECUÇÃO DE REFORMA DE COSERTURA E INSTALAÇÃO DE GRADA, METALICO
NA USE SÃO JOSE CRESARIO COMPONE PLANIMAS PROJETOS E MEMORIAS EN ANEXO.

EN SIAMO SOBRE CRESARIO COMPONE PLANIMAS PROJETOS E MEMORIAS EN ANEXO.

EN SIAMO SOBRE CRESARIO COMPONE PLANIMAS PROJETOS E MEMORIAS EN ANEXO.

EN SIAMO SOBRE CRESARIO COMPONE PLANIMAS PROJETOS E MEMORIAS EN ANEXO.

CONTINUE DE LA CONTRATA DE CONTRAT

MANCIPIO DE CORONEL WIMDA – PR
CONTRATO n° 1170200 – Tomada de Propos n° 122202 – Contrater Municipio de Cound Vivida
pritamente com o Funda Municipio de Sadote Contratada ENERTON UUZ FRIZZO, CNP1 n°
23 181 1550011-83 Cujata contratação de empresa em regima de empretada por prop global para
excepção de capital em prum ora secora da 14053 são Coltablo, São Del Gopelio, Origina de
Munic, conforme plantifica propieta e manuras em anos viviar total 163 55151712. Prazo de
explora 11 Praisas. Comará Vivida Cold in excepta do 2022 Frais Ared Brain Art, Referia.

MANCIPIO DE CORONEL VIMOA - PR
ANSIO DE LICTRAÇÃO PRESENSIAL Nº 86/2000

IPO MENCRA PRESO POR LOTE - LICTRAÇÃO PRESENSIAL Nº 86/2000

GOSTO, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS E EXPETITURAS SERVIÇÕES DE EMPLITAÇÃO POR PRESENSO DE LA MANTIFECIA CONFERNA Nº EXTERNACIO SE EXPETITURA SERVIÇÕES DE MANUTERIO CORPETAN A PRESENSO DESTRUCTOS (COLO EL PEDESSO, PARA ÁRQUE MAZERO), SIN CINÉDIOS PER EXTERNOCIO SERVIÇÕES DE SERVIÇÕES DE PROPIA ÁRQUE MAZERO, SIN CINÉDIOS PER EXTERNOCIO SERVIÇÕES DE PROPIA ÁRQUE MAZERO, SIN SE EXPENSO DE SERVIÇÕES DE PROPIA ÁRQUE PROPIA ÁRQUE SERVIÇÕES DE PROPIA ÁRQUE SERVIÇÕES DE PROPIA DE SERVIÇÕES DE PROPIA A PROPIA DE PROPIA A PROPIA

PREFETURA MANCEPAL DE CLEVELÁSIDA, ESTADO DO PARAMA
ESTRATO DO 11 PREPETO TERMO ARTIFO LAS CONTRATONA CARRODO DE 1 DECIDIO REMOS.
ESTRATO DO 11 PREPETO TERMO ARTIFO LAS CONTRATONA CARRODO DE 1 DECIDIO REMOS.
ENCIRCADE PER ESTADO DE COLOCIO. DE 161 COLOCIO CONTRATONA ARTIFO DE MANUSO DE
CONTRATOR O CARRODO PER ESTADO DE CONTRATOR.
CONTRATOR DE CONTRATOR DE CONTRATOR.
CONTRATOR DE CONTRATOR DE CONTRATOR.
CENTRATOR DE CONTRATOR.
CENTRATOR.
CENTRA

FOLIAR Prime on Part | Section | Sec INSCRIPTION OF THE PROPERTY OF

Exists as the de Regions de Proposition (CRISTO) DESCRIPTION OF PROCESS PARA
SCHOOL STUTIONS DE MATTER CRISTO DE SUB-CONTROL DE PROCESS PARA
SCHOOL STUTIONS DE MATTER CRISTO DE SUB-CONTROL DE PROVINCIANO CRISTON (CRISTO) DE
SUB-CONTROL DE PROCESS PARA
SCHOOL PROCESS PARA
DE PROCESS PARA
D

Entito dis Alta di Pagarris de Propis de Propis Presencal el 850000 (08.610 Repero de Propis per Asserba fische de Cabia de Commit. WERVIA. 12 meiro. DO FREZO, 100-NS DE FRESTREÑO E ENEXUÇÃO A Mejor de la de Propis de Propis será de Tipleza prese comidada a part de mai assantara. Os probles uma ser salectada de adels ser emplase no prozi e falmo de 30 mino 36s aprila selectual confirme resissable de Administração Emplas de prozi e falmo de 30 mino 36s aprila selectual confirme resissable de Administração Emplas de propis de Sembra de Verba e Excepta timbora (1773) Entire responsable de Administração Emplas (1974) de 1970/20 Presa Municipa de Companho a Medicial Confirme de Propis de Propis de 1974 de 1970/20 Presa Municipa de Companho a Medicial Confirme de 1974 d

Explore. Entrato do 3º Termo Addino ao Contrato en 144,001% Contratante. Municipio de Chapitante. Contratante Campine Esportante a Communicación de 150 militario 150 mili





PLO 9/2019 - Projeto de Lei Ordinária

Ementa: Institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco.

(Será executado nas unidades básicas de saúde, escolas, centros municipais de educação infantil e demais espaços de convivência comunitária existentes no Município, em que são atendidas gestantes, mães e crianças: cuidado no que se refere ao uso de medicamentos, ressaltando-se a necessidade de prescrição médica; cuidados ao guardar medicamentos e demais substâncias químicas, que possam oferecer riscos à saúde, como substâncias tóxicas e produtos de limpeza; cuidados em relação ao contato com equipamentos elétricos, ferramentas perfuro-cortantes e instalações elétricas, principalmente tomadas de energia que ficam ao alcance das crianças; cuidados quanto à locomoção de crianças em apartamento, recomendando-se o uso de redes de proteção na sacada e em todas as janelas; cuidados a serem observados na utilização de elevadores, piscinas e outros equipamentos de uso comum em prédios de apartamentos e residências, etc. A Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças, evento que terá caráter permanente e edições anuais, sempre na primeira semana do mês de maio e deverá integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco)

Autor: Carlinho Antonio Polazzo - DEM

Data de entrada: 7 de janeiro de 2019

Leitura em Plenário: 4 de fevereiro de 2019

Comissão de Justiça e Redação

Distribuído em: 5 de fevereiro de 2019 **Relatora:** Marines Boff Gerhardt - PSDB

Redistribuído em: 6 de fevereiro de 2020

Relator: Amilton Maranoski - PL

Solicitado Parecer Jurídico em: 11 de fevereiro de 2019

Emitido em: 31 de julho de 2020

Data Anexação do Parecer Favorável: 11 de agosto de 2020

Comissão de Políticas Públicas

Distribuído em: 12 de agosto de 2020 Relator: Fabricio Preis de Mello – PSD

Data Anexação do Parecer Favorável: 27 de agosto de 2020

Comissão de Orçamento e Finanças

Distribuído em: 28 de agosto de 2020 **Relator:** Vilmar Maccari - Podemos

Data Anexação do Parecer Favorável: 2 de setembro de 2020

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 9 de setembro de 2020 - Aprovado com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo - DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.









Ausente: José Gilson Feitosa da Silva - PT.

* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 14 de setembro de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos. Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 593/2020/DL, datado de 14 de setembro de 2020.

VETO: Ofício nº 235/2020/GP, datado de 6 de outubro de 2020.

PROMULGAÇÃO: Decreto Legislativo nº 6, de 4 de novembro de 2020, rejeitando o veto integral ao projeto de lei nº 9/2019.

PUBLICAÇÃO: Publicado na página B7 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7760, de 5 de novembro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/11/2020. Edição nº 2131.

INFORMADO O EXECUTIVO EM: Ofício nº 689/2020/DL, de 4 de novembro de 2020.

PROMULGAÇÃO DA LEI: **Lei nº 5618, de 9 de novembro de 2020.** Promulgada pelo Presidente Moacir Gregolin.

PUBLICAÇÃO DA LEI: Publicada na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7763, de 10 de novembro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/11/2020. Edição nº 2134.



